

Ata nº 134

Aos treze dias do mês de Maio de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, decorreu na sede da Junta de Freguesia a Sessão Ordinária da Assembleia da Freguesia de Serpins, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Informação do Presidente da Junta sobre a atividade da mesma no primeiro Trimestre de 2021.

Ponto 2 – Discussão e votação da Conta de Gerência de 2020

Ponto 3 – Discussão e votação da primeira Revisão Orçamental do ano de 2021.

Os trabalhos foram iniciados com a leitura da convocatória pelo Presidente da Mesa de Assembleia. O Presidente da Mesa de Assembleia Fernando Carvalho, tomou a palavra para informar os membros bem como o público presente que por lapso, o executivo da Junta de Freguesia não colocou um ponto, na ordem do dia e por isso solicitou à Assembleia de Freguesia que pudesse ser acrescentado o Ponto 4 - “Apreciação de móveis e imóveis da freguesia”

A proposta de inclusão do Ponto 4, na ordem de trabalho, foi aprovada por unanimidade. Seguidamente, procedeu-se à leitura da ata nº 133 referente à última assembleia de freguesia, tendo sido aprovada com apenas duas abstenções Ana Rita Silva (PS) e José Pedro Serra (PS).

Faltaram à Assembleia de Freguesia Patricia Lima (PS), José Carlos Gonçalves (PS) e Vanda Costa (PS) tendo sido substituídos por Rui Costa (PS), José Pedro Serra (PS) e Ana Rita Silva, respetivamente. As faltas foram justificadas por motivos pessoais no primeiro e terceiro caso e por motivos de doença no segundo caso. Relativamente à presença de público nas assembleias de freguesia, inscreveram-se: António Ferreira, Miguel Pinto Gonçalves, Maria Inês Oliveira e Ana Filipa Costa.

Inscriveram-se para o período antes da ordem do dia: Rui Costa e João Paulo Santos.

Rui Costa iniciou a sua intervenção, afirmando sentir-se triste com a destruição do ramal e as consequentes obras do Metro Bus. No seguimento, alertando para o estado de abandono do regadio situado no Cabril, construído há 25 anos, questiona se este é público ou privado. Relativamente, à praia fluvial da Sr.ª da Graça refere que até ao momento, ainda não foram desenvolvidas as ações de melhoria previstas pela Junta de Freguesia para antes do início da época balnear. Em relação ao concurso público que foi lançado recentemente para a execução da obra Aqualousa, projecto vencedor no orçamento participativo do ano de 2019, aprovado com o valor de execução de 75.000.00€, Rui Costa mostra-se preocupado por considerar o valor orçamentado baixo. Acrescentou que não obstante reconhecer não ter conhecimentos específicos neste

domínio, considera que os valores a executar podem ser insuficientes para finalizar a respectiva obra. Assim sendo e, para além de solicitar informações quanto ao início das obras, perguntou se os valores previstos podem ser aumentados. Rui Costa coloca em causa a pertinência e mais valia do projecto em causa, inclusive porque a praia fluvial da Sr.^a da Graça, situa-se numa zona inundável. Por esse motivo, todas as infra-estruturas construídas nas áreas circundantes podem sofrer danos severos. Na sequência dos motivos referidos, considera que corremos o risco de perdermos uma das melhores praias fluviais do concelho ou até mesmo do distrito. Finalmente, felicitou todos os Serpinenses e compartes da freguesia que no passado dia 24 de Abril, expressaram o seu voto relativamente aos baldios de Serpins e que mais uma vez deixaram claro a vontade para que as receitas oriundas dos baldios devem ser geridas pela Junta de Freguesia, independentemente, do partido que vencer as próximas eleições autárquicas. Por último, felicitou também o executivo da Junta de Freguesia não só pelos últimos 12 anos, mas sim pelos últimos 20 anos que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da freguesia.

João Paulo Santos (PSD) felicitou o executivo da Junta de Freguesia pelo alcatroamento da estrada situada na rua do Monte. No entanto, lamentou, por um lado, que a Câmara Municipal da Lousã (CML) não tivesse apoiado a intervenção, uma vez que as estradas são municipais e, por outro, a falta de iluminação na dita rua. Na sequência, abordou o assunto que se prende com a aquisição de um terreno na zona industrial Vale da Ursa, por uma empresa de camionagem, recentemente criada e que por esse motivo ainda não apresenta um número de trabalhadores relevantes, mas que ambiciona crescer de forma sustentada. Em relação a esse mesmo assunto, manifestou o seu desagrado pelos critérios de aquisição do respectivo terreno na Zona Industrial de Vale da Ursa e apela a que o executivo da Junta de Freguesia não deixe que esta empresa se instale noutra município.

Em respostas às questões levantadas pelos membros da assembleia, o Presidente da Junta de Freguesia começou por esclarecer os presentes que o regadio do Cabril é propriedade privada. Em relação à praia fluvial da Sr.^a da Graça, informa que o executivo da Junta de Freguesia previa inicialmente a instalação de um parque infantil, mas que devido à obra proveniente do orçamento participativo "Aqualousa", este deixou de ser uma prioridade. Ainda relativamente ao projecto em causa, informa que lhe foi comunicado pela CML que a cerimónia da concessão da obra à empresa está agendada para a próxima segunda-feira. No que diz respeito aos valores orçamentados para a respectiva obra, o Presidente da Junta de Freguesia mostra-se também apreensivo quanto à execução da mesma, inclusive porque a junta de freguesia, até ao momento, já investiu cerca de 150.000.00€ em obras na zona envolvente. Relativamente, à votação para os baldios de Serpins, reforçou que os fregueses e os compartes, cumprindo todas as normas de segurança devido à pandemia, manifestaram de uma forma livre e inequívoca as suas intenções quanto ao futuro da freguesia. Quanto à iluminação na Rua do Monte, informou que o executivo da junta prevê corrigir essa situação. Por último, referindo-se ao terreno situado na Zona Industrial de Vale da Ursa, o Presidente da Junta



de Freguesia declarou concordar em absoluto. No entanto, sublinhou que a legalização da área envolvente tem sido dificultada por alguns cidadãos de Serpins que não só tem prejudicado a junta de freguesia, mas também os empresários. Referiu também que a regulamentação vigente para as empresas implica a criação de três postos de trabalho.

Terminado o período antes da ordem do dia entrou-se no **ponto 1 - Informação do Presidente da Junta sobre a atividade da mesma no primeiro Trimestre de 2021**. Após prestação de esclarecimentos por parte do Presidente da Junta, e não havendo nenhuma questão levantada pelos membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Mesa de Assembleia colocou à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Terminado o ponto 1 da ordem de trabalhos entrou-se no **ponto 2 - Discussão e votação da Conta de Gerência de 2020**. O Presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia, Fernando Carvalho tomou a palavra para expressar o seu desagrado relativamente ao novo programa informático que pretende efectuar a gestão documental, uma vez que é necessário recorrer a um técnico com conhecimentos específicos para analisar a mesma.

O Presidente da Junta de Freguesia começou por reforçar que a apresentação de contas por parte de uma qualquer instituição, nomeadamente, uma junta de freguesia deve ser realizada em assembleia de freguesia, com vista a que os membros possam votar, bem como manifestar os seus pontos de vista. Assim sendo, o Presidente da Junta de Freguesia passou a identificar as seguintes receitas decorrentes do ano de 2020: Imposto Municipal de Imóveis (IMI) 2.298.00€, Fundo de Financiamento de Freguesias 64.580.00€, Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP) 13.380.00€, Câmara Municipal da Lousã (CML) resultante do acordo de transferências 14.761.00€, baldios co-gestão 36.981.00€, CTT 6.455.00€, cemitério 3.315.00€, rendas provenientes do parque de campismo 4.002.00€ e, por último, as rendas dos baldios que representam cerca de 54.308.00€. Relativamente às receitas de capital, informou que a junta de freguesia registou os seguintes valores por parte das entidades mencionadas: Águas de Portugal, 3.372,00€ - para a instalação de tubagem de esgotos e, conseqüente, constituição de serventia nos terrenos de Barrabás e no Passal; CML, 41.499,00€ - decorrente do contrato interadministrativo que todos os anos é celebrado; Financiamento da Mata do Sobral, 5.202,00€. Em consequência, a junta de freguesia recebeu no âmbito das receitas correntes, bem como das receitas de capital a quantia de 252.589.99€. Em relação às despesas correntes, a junta de Freguesia despendeu os seguintes valores: remuneração dos seus funcionários (incluindo subsídio de férias, de natal e seguros e de impostos), 72.886.00€; subsídios às colectividades existentes na freguesia, 31.480.00€; despesas de água/ luz, 12.000.00€; reparação de máquinas, 4.000.00€; consultadoria, 1.845.00€; outros trabalhos (iluminação de natal, despesas notariais, giratória para a limpeza dos açudes), 12.158.00€. Em relação às despesas de capital, a junta de freguesia registou as seguintes despesas: pagamento da última tranche de terreno, 6.960.00€; reparação do Moinho Bar, 13.183.00€; material para a construção de passeios, 3.513.00€; parques e jardins 1.426.00€; aspersores de rega, 1.000.00€; relva bem como material de jardim, 1.353.00€; construção de muros e parque de estacionamento, 7.200.00€; parque de campismo, 5.450.00€; aquisição de um dumper e



o investimento na mata do sobral, 14.041.00€. Finalmente, o Presidente da Junta de Freguesia refere que as receitas correntes, bem como de capital, geraram 346.836.00€. Nesse sentido, reforça que a Junta de Freguesia gerou um saldo positivo no ano transato, correspondente ao valor de 127.295.00€.

Não se registando nenhuma questão por parte dos membros da assembleia, foi posto a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Terminado o ponto 2 entrou-se no ponto 3 - **Discussão e Votação da Primeira Revisão Orçamental do ano de 2021**. O Presidente da Junta de Freguesia teceu alguns comentários, sublinhando o saldo positivo no valor de 127.295.00€ e a necessidade da revisão do orçamento obter aprovação em assembleia de freguesia. O executivo da junta contemplou no plano plurianual de investimentos, a construção de um parque de merendas situado na Póvoa no valor de 50.000.00€, a requalificação do parque de merendas na Sr.^a da Graça no valor de 50.000.00€ e outros investimentos, nomeadamente, arruamentos, estradas por um valor de 25.000.00€. Em consequência, o saldo é distribuído por estas três vertentes.

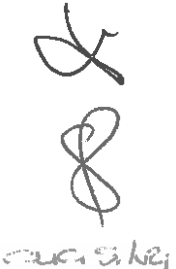
Não havendo nenhuma questão por parte dos membros da assembleia, foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Terminado o ponto 3 da ordem de trabalhos, entrou-se no **ponto 4 - Apreciação de móveis e imóveis da freguesia**. O Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para prestar os esclarecimentos necessários em relação a este ponto. Após os mesmos, não se registando nenhuma questão por parte dos membros de assembleia, foi posto à votação a lista de móveis e imóveis, tendo sido aprovada por unanimidade. De seguida, o Presidente da Mesa de Assembleia, pôs à votação em minuta, da ata referente aos pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados por unanimidade.

Inscreveram-se no período aberto ao público: António Ferreira, Miguel Gonçalves e Maria Inês Oliveira.

António Ferreira começou por solicitar esclarecimentos sobre os limites da freguesia, nomeadamente, no lugar de Golpilhares. No seguimento, colocou em causa a legalidade das receitas dos baldios continuarem a ser contabilizadas apenas no orçamento da junta de freguesia. De seguida, questionou sobre que diligências é que foram tomadas pelos novos órgãos do conselho fiscal e directivo dos baldios relativamente à junta da junta de freguesia para a promoção da sua independência e para a iniciação de um novo ciclo legal. Por último, questionou a legalização do polo industrial de Vale da Ursa.

Em resposta às questões levantadas, o Presidente da Junta de Freguesia começou por lembrar que o António Ferreira tem perfeito conhecimento sobre o processo de limitação da freguesia, nomeadamente, no lugar de Golpilhares, uma vez que já foi informado diversas vezes não só pela junta de freguesia, mas também pelos técnicos especializados da CML. Ainda relativamente a este assunto, reforçou que as juntas de



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.



freguesia de Lousã-Vilarinho e Serpins, no âmbito das assembleias de freguesia, devem pronunciar-se sobre as alterações dos limites em ambas as freguesias. Além disso, após análise nas respectivas assembleias de freguesias, o processo é remetido para a direcção geral das autarquias locais que por sua vez analisa e envia para a Assembleia da República para alteração. Por outro lado, sublinhou que a junta de freguesia não tem capacidade técnica para executar os levantamentos de topografia e de georeferenciação que são exigidos. No que toca ao orçamento da junta de freguesia, reforçou que os orçamentos da junta são fiscalizados pelo tribunal de contas e que em nenhum momento podem ser elaborados dois orçamentos. Caso se verificasse uma situação semelhante, estaríamos a infringir a lei. Em relação às diligências dos órgãos directivos e fiscal dos baldios, o Presidente da Junta de Freguesia esclarece que não existiu até ao momento nenhuma ação nesse sentido. Quanto à Zona Industrial de Vale da Ursa, refere que até 2013, esta era considerada área ecológica nacional, sendo este um facto do conhecimento de António Ferreira. Depois de diversas diligências junto da CML para a alteração dessa designação, foi possível proceder-se à revisão do PDM, passando, desta forma, a zona industrial. Além disso, o Presidente da Junta de Freguesia lembrou António Ferreira que no período em que a zona de Vale da Ursa era considerada área ecológica nacional, o mesmo tinha um conjunto de colmeias numa zona proibida.

Maria Inês Oliveira manifestou o seu contentamento pelo alcatroamento da estrada da Quinta.

Miguel Gonçalves alertou para a grande afluência e, conseqüente, excesso de turistas que se tem vindo a verificar nos últimos anos na zona da praia fluvial. No seguimento, solicitou explicações sobre a adjudicação à empresa Aflopinhal, no valor aproximado de 106.000.00€ e o trabalho que efectivamente foi realizado pela mesma. Quanto aos terrenos situados na zona industrial de Vale da Ursa, considerou que a empresária não deveria ter contactado a junta de freguesia, mas sim os órgãos dos baldios, uma vez que o terreno pertence aos baldios. Quanto à legalização da Zona Industrial de Vale da Ursa, manifestou estranheza quanto aos obstáculos referidos para a sua regularização, visto que a junta de freguesia foi mandatada pela assembleia, tendo sido apresentada uma proposta para a alienação dos respectivos terrenos. Ora, considera que a junta de freguesia teve carta-branca para executar o processo em conformidade. Por último, alerta que só haverá paz na junta de freguesia, quando esta proceder dentro da legalidade.

Em respostas às questões levantadas, o Presidente da Junta de Freguesia esclareceu novamente que a junta de freguesia é a gestora dos baldios. Além disso, aguarda serenamente pelo desfecho da investigação que se encontra a decorrer pela Procuradora da República. Para conhecimento de Miguel Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia explicou que a CML é a gestora financeira deste processo e que todas as verbas são canalizadas para a autarquia e só depois enviadas para a junta de freguesia, para pagamento às empresas. Além disso, refere que a empresa Aflopinhal não executou trabalhos, por diferentes motivos, nesta empreitada na Mata do Sobral.

Por último, esclarece que não é a empresa Aflopinhal responsável pela execução dos trabalhos, mas sim uma empresa da região do norte que venceu o concurso público.

Concluída a ordem de trabalhos, e não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas 21:30 horas, da qual para que conste, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

1º Secretário

Catarina Tome

Presidente

Emmanuel dos Santos Pereira

2º Secretário

Luís Silva